

9 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MJ

Segurança Pública

Em 2002, o Governo Federal manteve a preocupação no combate à onda de violência e de criminalidade no país, ampliando as iniciativas para a segurança do cidadão e da sociedade, buscando integrar e harmonizar esforços entre os órgãos governamentais federais, estaduais e municipais, de entidades privadas e da sociedade civil, no sentido de prevenir a violência, reprimir a criminalidade, reduzir a impunidade e aumentar o grau de segurança e justiça no país.

Programa Segurança do Cidadão

O aumento considerável da violência e criminalidade nas cidades brasileiras tem causado um permanente empenho dos chefes do executivo, nas suas diversas esferas, em encaminhar soluções para o quadro atual. As propostas efetuadas pelo Poder Executivo Federal nos anos de 2000, 2001 e 2002, por meio do Plano Nacional de Segurança Pública, foram norteadas para o atendimento dessas expectativas.

O Programa Segurança do Cidadão tem por objetivo maior a criação de um ambiente institucional, tecnológico, gerencial e cultural que aumente a eficiência e a articulação dos órgãos responsáveis pela segurança pública no âmbito do Governo Federal, Estadual e Municipal. Dessa forma, foi efetuado, pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, o atendimento de mais de 85 % das demandas solicitadas pelos estados e municípios ao longo deste ano.

Nesse contexto, está inserido o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, principal fomentador das ações do Programa Segurança do Cidadão, tendo sido executada em 2002 uma dotação em torno de R\$ 338,5 milhões, destinada a aplicação de novas metodologias de interesses social, estratégico e governamental, objetivando o implemento da inteligência e da análise criminal, voltadas efetivamente ao emprego do policiamento ostensivo (Polícia Militar) e investigativo (Polícia Civil), almejando resultados positivos em áreas críticas de criminalidade.

Esses recursos permitiram a implantação da filosofia de polícia comunitária nos 27 Estados da Federação, iniciando um processo efetivo de integração e participação das polícias estaduais com a comunidade. Foi possível, também, a instalação de onze Centros Integrados de Cidadania - CIC em sete regiões do território nacional, dentre os quais os quatro bolsões de violência estabelecidos pelo Plano de Prevenção Primária da Violência - PIAPS e o reaparelhamento de 54 polícias estaduais (polícia civil e polícia militar de cada estado), onde foram investidos R\$ 25,1 milhões na aquisição de 25.000 armas (pistolas, revólveres, fuzis e metralhadoras), mais de 1.000.000 de munições, 100.075 equipamentos operacionais (coletes balísticos, detectores de metal, algemas, tonfas), 1.200 meios de transporte (carros de passeio, motocicletas, embarcações, helicópteros, bicicletas e equínos) e 25.602 equipamentos de informática, além de equipamentos específicos para as polícias técnico-científica, instituto médico legal, institutos de criminalística, delegacias especializadas e organizações policiais militares especiais. A aquisição de 4.000 viaturas, 23.000 rádios portáteis, 30.000 armas e a criação de dez Centros Integrados de Operações – CIOPS foram também realizações em 2002.

Destaca-se também, em 2002, outras atividades, tais como o aumento da integração dos organismos policiais nas ações de segurança pública; o estabelecimento de estratégias coordenadas pelos dirigentes de segurança pública dos estados federados e o estabelecimento de programas e ações contingenciais voltadas à diminuição da criminalidade e da violência com resultados efetivos; o aparelhamento das organizações policiais, com recursos necessários para o cumprimento de suas atividades, possibilitando mobilidade e agilidade de ação no atendimento ao cidadão; o atendimento do grande número de pleitos dos estados federados no que tange ao investimento para aquisição de equipamentos operacionais para a área de Segurança Pública; a ampliação das tecnologias destinadas a análise, mapeamento e identificação de ações e organizações criminosas objetivando o implemento da inteligência policial voltada efetivamente ao emprego das Polícias Militar e Civil; a modernização das estruturas administrativas das polícias estaduais, tornando-as ágeis, eficazes e próximas da comunidade; a análise do perfil estrutural e organizacional das polícias brasileiras, além do seu desenvolvimento; a análise e a avaliação dos índices de criminalidade nas diversas regiões do país; a análise e o impacto das medidas adotadas pelo Plano Nacional de Segurança Pública; o estabelecimento de programas de capacitação adequados ao exercício da função policial; o fomento à pesquisa nas principais instituições policiais do mundo, bem como em centros de pesquisa que estudam estruturas e aspectos sobre segurança pública, de âmbito nacional e internacional.

Merece ainda destaque o esforço na capacitação e reciclagem dos agentes de segurança pública, tendo sido destinados recursos do FNSP, os quais permitiram o aperfeiçoamento de 154 instrutores dos estabelecimentos de ensino de segurança pública, com o envio de equipamentos e materiais didáticos e obras literárias específicas para a área de segurança pública e o treinamento de instrutores para a polícia comunitária e tratamento de manifestações, em um total de 15.000 policiais civis e militares em todo o país. Foram investidos R\$ 22,8 milhões em treinamento de instrutores policiais por meio de convênios celebrados com os estados com o objetivo de desenvolver a capacitação continuada.

Outro aspecto importante foi o investimento na operacionalização das organizações policiais objetivando a intensificação do policiamento ostensivo em áreas críticas nas 27 capitais dos estados, destinando um montante de recursos da ordem de R\$ 225 milhões.

Investiu-se também R\$ 110 milhões em cerca de 300 projetos preventivos de segurança, para atender a Polícia Comunitária em todos os estados brasileiros.

Outra ação na área de segurança pública foi a implantação do Sistema de Integração Nacional das Informações de Justiça e Segurança Pública – INFOSEG, iniciado em 1995. O INFOSEG constitui-se de banco de dados com informações criminais, mandados de prisão, população carcerária, armas de fogo, condutores de veículos, veículos furtados e roubados, em âmbito nacional e estadual, podendo ser acessado eletronicamente em todo o território nacional pelas autoridades ligadas à área de segurança pública. Em 2002, recebeu investimentos da ordem de R\$ 1,6 milhão, o que proporcionou um aumento de 65% no número de consultas estaduais àquele Sistema.

Programa Modernização da Polícia Federal

Para a modernização da Polícia Federal, em 2002, foram investidos US\$ 11 milhões na aquisição de quatro centrais telefônicas; 250 carabinas; 120 submetralhadoras; seis veículos blindados de fábrica; equipamentos de som e imagem; 33 veículos especiais; quatro helicópteros e um sistema de identificação criminal digital, além de ter sido iniciada a reforma geral da Delegacia em Santos/SP; a construção das novas sedes das Superintendências Regionais no Tocantins, Rio Grande do Norte e Paraná, do novo prédio do Instituto Nacional de Criminalística e da nova sede da Delegacia em Foz do Iguaçu; a reforma geral da Superintendência Regional no Amapá e reforma geral e ampliação das instalações do hangar em Brasília. Ressalta-se, ainda, o andamento de processos referentes a aquisição de três embarcações e a instalação de três novas delegacias de Polícia Federal e a contratação de estudo para implantação de sistema de rádio comunicação policial.

Em consequência desses investimentos, registra-se o aumento do número de operações e de inquéritos policiais, refletindo diretamente na manutenção e no crescimento da credibilidade e confiança da sociedade na Polícia Federal.

Programa Combate ao Crime Organizado

No que se refere ao combate ao tráfico de drogas e outras modalidades de crimes, o Departamento de Polícia Federal registra o crescimento de inquéritos policiais instaurados e concluídos, sendo em grande parte nas apreensões de entorpecentes, totalizando, em 2002, 9,1 toneladas de cocaína, 190,9 toneladas de maconha, perfazendo um total de 200 toneladas de substâncias entorpecentes.

Em 2002, registrou-se 28.536 inquéritos instaurados e 96.210 em andamento. A análise do aumento no número de ramificações do crime organizado possibilitou um melhor desempenho das operações policiais, inter-relacionando as atividades e proporcionando melhores resultados, beneficiando com isso a sociedade brasileira.

Destaca-se, finalmente, o empenho do Governo Federal no Combate ao Crime Organizado nos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, onde, respectivamente, foram criadas uma Força Tarefa e uma Missão Especial, com o emprego e integração das Polícias Federal, Rodoviária Federal, Civil e Militar, bem como efetivos das Forças Armadas, onde resultados expressivos foram alcançados, mediante a realização de operações de inteligência, notadamente no desbaratamento de quadrilhas que atuavam no narcotráfico, contrabando e roubo de cargas.

Programa Atendimento e Legalização de Estrangeiro no País

No Programa Atendimento e Legalização de Estrangeiro no País, que é executado com o apoio da Polícia Federal, foram efetuadas, em 2002, cerca de 31.800 regularizações de estrangeiros e protocolados aproximadamente 75.000 processos administrativos solicitando regularização.

A Polícia Federal fiscalizou a entrada de 1.119.500 estrangeiros; efetuou 24.254 registros de estrangeiros; emitiu 196 passaportes para estrangeiros e expediu 1.065 Laissez-Passer.

Foi realizada, ainda, a implantação da Central de Atendimento aos estrangeiros, que está funcionando em caráter experimental, e a negociação de 28 Acordos de Cooperação Judiciária, em Matéria Penal, sendo que seis já estão em operacionalização (Colômbia, Estados Unidos, Itália, Portugal, Mercosul e Peru) e 22 (Canadá, França, Uruguai, Líbano, Japão, Holanda, Grécia, Ucrânia, África do Sul, Alemanha, Austrália, Filipinas, Camarões, Espanha, Israel, Polônia, Venezuela, Rússia, Grã-Bretanha, Cuba, Hong Kong e Coréia), em tramitação.

Programa de Reestruturação do Sistema Penitenciário

Dentre os programas da área de segurança pública destaca-se o Programa de Reestruturação do Sistema Penitenciário, que objetiva reduzir o déficit de vagas nas penitenciárias brasileiras e promover a reintegração social dos condenados à sociedade, por meio de ações assistenciais nas áreas de educação, profissionalização, trabalho e demais garantias constitucionais.

Em 2002, foram recebidas, em decorrência de convênios firmados em anos anteriores com os governos estaduais, 19.027 vagas. Ainda nesse exercício, foram formalizados 25 convênios que irão gerar 9.157 vagas para o próximo exercício, objetivando diminuir o déficit de vagas até 2005.

Demais ações resultaram em metas como: 36.100 acompanhamentos a condenados a penas alternativas; 111.404 assistências ao preso; 1.387 capacitação de servidores do sistema penitenciário; 1.200 profissionalização de presos e 77.889 assistências jurídicas prestadas a presos carentes, 473 equipamentos para aparelhamento de estabelecimentos penais e 129 veículos especiais para transporte de presos.

O montante do investimento no exercício foi da ordem de R\$ 126,5 milhões de reais, comprometendo aproximadamente 90,0% do limite orçamentário e financeiro autorizado.

Segurança no Trânsito

Dentre os resultados obtidos no Programa Segurança no Trânsito, destaca-se a integração de 104 municípios ao Sistema Nacional de Trânsito - SNT, totalizando 481 municípios integrados, representando 70 % da frota nacional controlada pelo referido sistema, proporcionando maior segurança, mobilidade e fluidez para o trânsito, beneficiando 54% da população brasileira.

A manutenção dos Sistemas Registro Nacional de Carteiras de Habilitação - RENACH e Registro Nacional de Veículos Automotores - RENAVAM permitiu que mais de 170 milhões de transações fossem realizadas, processando informações sobre os condutores de veículos automotores e possibilitando o controle dos registros desses, interligando os 27 Departamentos Estaduais de Trânsito - DETRAN em todo país, por meio do Sistema Nacional de Trânsito - SNT, garantindo, assim, segurança e agilidade nas informações prestadas.

Foram realizadas campanhas educativas para conter o número elevado de acidentes e óbitos, alertando e educando a população na prevenção de acidentes de trânsito. Essas foram assistidas por cerca de 45 milhões de pessoas num universo de pedestres e condutores de veículos, profissionais, agentes passivos e ativos do trânsito. Dentre os diversos temas abordados, destaca-se a realização de campanhas que enfocam o ciclista, o motorista, o passageiro e o pedestre, enfatizando a valorização do seu espaço, a faixa de pedestre, a criança e o trânsito.

Destaca-se, também, o fórum de discussão entre os alunos do ensino fundamental de 239 escolas distribuídas em quinze capitais brasileiras, sobre o universo da locomoção proposto no Projeto Rumo à Escola. Neste projeto, 261.013 alunos do ensino fundamental tiveram acesso ao tema trânsito de forma transversalizada, isto é, privilegiando os aspectos da locomoção, da comunicação e do convívio social, com uma visão ampla e abrangente

sobre o tema, não o restringindo a condutores de veículos automotores, tampouco a um fenômeno relacionado a grandes cidades.

Programa Segurança nas Rodovias Federais

O Programa Segurança nas Rodovias Federais objetivou a ampliação da estrutura operacional, gerencial e a capacidade executiva da Polícia Rodoviária Federal, para melhorar sua capacidade administrativa e operacional, no sentido de alcançar resultados cada vez mais satisfatórios dos serviços prestados à sociedade brasileira.

Considera-se positivo os resultados alcançados em face ao desenvolvimento quase integral de todos os compromissos e ações incumbidas à Polícia Rodoviária Federal no Plano Nacional de Segurança Pública, o que permitiu a criação de 600 novas vagas, já em fase de preenchimento. Para 2003, o Programa prevê 1.100 novas vagas e em 2004 há uma expectativa de criação de mais 1.100 vagas.

No tocante ao treinamento de pessoal, em 2002, foram aplicados recursos da ordem de R\$ 4 milhões, para aperfeiçoamento do efetivo dos Policiais Rodoviários Federais, sendo que cada policial participou de pelo menos um curso de treinamento.

Quanto às aquisições de equipamentos e à modernização da infra-estrutura, foram empregados recursos da ordem de R\$ 9,8 milhões para a aquisição de 750 coletes à prova de bala; duas viaturas operacionais; 43 computadores; cinco torres de comunicação; duzentas carabinas .40; seiscentas pistolas .40; cem escopetas .12; quatrocentos rádios PX; 1.163 equipamentos, como armários, camas, cofres, mesas, bebedouros, cadeiras, aparelhos de telefone fixo e celular, microfones, copiadoras, fac-símiles, estabilizadores, impressoras, geladeiras, contêineres, máquinas fotográficas, filmadoras, transformadores, postes móveis, capotas para veículos, televisores, fogões elétricos, vídeo cassetes, sistemas de monitoramento e outros; link de participação no sistema Registro Nacional de Compensação de Multas - RENACOM; implantação de uma moderna sala de controle operacional na Sede do DPRF; atuação na fiscalização do transporte de cargas e de passageiros e na fiscalização do transporte rodoviário internacional, nas fronteiras nacionais com países do MERCOSUL; a implantação de quatro centros de ensino e treinamento nas cidades de Porto Alegre/RS, Rio de Janeiro/RJ, Aquidauana/MS e de Fortaleza/CE.

A parceria entre a Universidade de Brasília e a Polícia Rodoviária Federal na área de capacitação possibilitou a aquisição de todos os equipamentos e meios pedagógicos necessários para o funcionamento dos quatro modernos Centros de Reciclagem e Formação da Polícia Rodoviária Federal localizados em Porto Alegre/RS, Rio de Janeiro/RJ, Fortaleza/CE e Aquidauana/MS.

Para a fiscalização das fronteiras, todos os postos rodoviários localizados na faixa de fronteira foram informatizados, estando interligados à unidade regional e à unidade central, em tempo real. Inúmeras operações foram desencadeadas nas áreas de fronteiras, com ênfase nos Estados de Mato Grosso e Rondônia, com apreensões de maconha, cocaína, madeira, armamento, e outros, destacando-se o apoio do Ministério Público no combate à evasão de madeiras.

Houve substancial acréscimo nos indicadores operacionais da Polícia Rodoviária Federal no primeiro semestre de 2002, se comparado com o primeiro semestre de 2001. Também foi identificado acréscimo de 88,79% de apreensão de cocaína, 62,54% de apreensão de maconha, 68,07% de apreensão de cigarros contrabandeados, 3.712,98% de apreensão de CDs contrabandeados/piratas, 31,09% de veículos fiscalizados, 31,48% de veículos recuperados, 62,65% de veículos removidos de circulação, dentre eles aqueles que oferecem risco à segurança do trânsito, acréscimo de 28% de recuperação de cargas roubadas e um decréscimo de 3,13% de cargas roubadas comparados no mesmo período.

No primeiro semestre de 2002, destacam-se 36 operações táticas em âmbito nacional e dezesseis em âmbito regional, visando o combate e prevenção a ações criminosas, particularmente, o emprego de efetivo na Força Tarefa, no Estado do Rio de Janeiro, e na Missão Especial, no Estado do Espírito Santo, destinadas ao combate ao crime organizado.

Com o objetivo de disciplinar o trânsito e promover a segurança dos usuários das rodovias, foram realizadas 68 operações em ocasiões de festividades e eventos nacionais, 63 regionais e 19 operações integradas. A ação Redução de Acidentes de Trânsito é direcionada para condutores de veículos de transporte de cargas. Através da realização de Comandos Médicos Preventivos, os condutores são convidados a fazer exames, inteiramente

gratuitos, e conduzidos por médicos para verificação de glicemia, colesterol, acuidade visual e auditiva, pressão arterial e índice de massa corpórea, visando a diminuição do índice de acidentes de trânsito nas rodovias federais, provocados por essa clientela.

Direitos da Cidadania

Programa Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas

Em 2002, o Governo Federal implementou o Programa de Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas – PROVITA no Acre, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e em dezembro firmou convênio para implantação no Distrito Federal, ampliando a abrangência do Sistema Nacional de Assistência a Vítimas e Testemunhas.

A principal característica do programa, que inclusive o diferencia de todas as demais experiências internacionais de proteção a testemunhas, é o fato de que sua concepção, execução e avaliação realizam-se em estreita parceria com a sociedade civil organizada. Cada programa estadual conta com um Conselho Deliberativo como instância superior de direção, em cuja composição estão, além de entidades civis de defesa dos direitos humanos, representantes do Poder Judiciário, do Ministério Público e de órgãos governamentais de segurança pública. São os Conselhos que analisam cada novo caso de inclusão (ou exclusão) no programa.

Em 2002, em parceria com o Programa de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, duas experiências-piloto foram apoiadas, em Minas Gerais e Espírito Santo, para programas de proteção específicos para crianças e adolescentes ameaçados – uma iniciativa inédita e desafiadora, porém absolutamente necessária e oportuna no Brasil, e que toma por modelo a bem sucedida experiência PROVITA, tendo em vista os elevados índices de óbitos violentos na população jovem.

Em relação aos centros de apoio a vítimas de crimes, o projeto já foi ampliado para 11 Estados: Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo, em parceria com os respectivos governos estaduais. Esses centros oferecem assistência jurídica, psicológica e social a vítimas de crimes contra a vida e de violência doméstica, bem como a seus familiares.

Programa Direitos Humanos, Direitos de Todos

Por meio do Programa Direitos Humanos, Direitos de Todos, houve a capacitação de jovens e de lideranças comunitárias para a pesquisa e o debate das condições de direitos humanos em suas comunidades, com o apoio dos Observatórios de Direitos Humanos e do Centro Nacional de Formação Comunitária – CENAFOCO, em parceria com a Secretaria de Estado de Assistência Social. Foram realizados encontros, entrevistas e visitas a órgãos públicos, a partir dos quais os jovens produziram relatórios e informativos. Essas ações estimulam a discussão sobre temas de direitos humanos, gestão empreendedora, meio-ambiente e desenvolvimento local integrado e sustentável com o objetivo de incentivar a participação cidadã na solução de problemas locais.

Apoiou-se a adoção de um programa de ações afirmativas no âmbito do Instituto Rio Branco/MRE, com o objetivo de aumentar a participação de afrodescendentes no corpo diplomático, tendo sido selecionados em 2002 vinte afrodescendentes, candidatos à carreira diplomática, para receberem bolsas-prêmio no valor de R\$ 1 mil por mês, até março de 2003, quando prestarão o concurso para o Instituto Rio Branco. Durante os sete meses em que receberam a bolsa de estudos, cada aluno terá um orientador do Itamaraty para prepará-lo.

Objetivando fornecer documentação civil básica e assistência jurídica gratuita, foram apoiados 97 balcões de direitos, para os chamados hipossuficientes (população alijada de direitos básicos de cidadania e moradores de locais com baixa presença estatal e de regiões carentes). A implantação de balcões de direitos é realizada em parceria com governos e com organizações não governamentais, principalmente em locais de difícil acesso para os serviços estatais onde são instalados postos fixos, muitas vezes com a previsão de atividades itinerantes.

Além disso, os serviços de combate a todas as formas de discriminação destinam-se ao atendimento de grupos sociais discriminados (particularmente afrodescendentes, idosos e homossexuais). Os chamados SOS oferecem orientação jurídica especializada no combate à discriminação e são implementados a partir

de atendimento presencial ou por meio dos chamados disque-denúncia. No ano de 2002, foram apoiados sete serviços de disque-denúncia.

A Campanha Nacional Permanente de Combate à Tortura foi ampliada para todos os estados, contribuindo para a formação de rede nacional de combate a este mal, em conjunto com organizações da sociedade civil que encaminham e acompanham os casos junto às autoridades, objetivando a mobilização e a responsabilização no sentido de prevenir, identificar, enfrentar e punir a tortura, bem como todas as outras formas de tratamento cruel, desumano e degradante, visando a sua erradicação. Foi com esse objetivo que se criou o SOS Tortura – que funciona por meio de uma central telefônica nacional, acionada pelo número 0800 707 5551, com investimentos de recursos da ordem de R\$ 1,4 milhão.

Na defesa dos direitos das pessoas portadoras de deficiência, foram investidos R\$ 9,6 milhões para a realização de quinze cursos de qualificação, atingindo um público de 9.650 pessoas, para a elaboração de campanha educativa acerca dos direitos e potencialidades das pessoas portadoras de deficiência, veiculada por todas as emissoras de televisão, para a manutenção e ampliação do Sistema Integrado de Informações – SICORDE, bem como para sua descentralização para os estados. Nesse sentido, foram implantados cinco núcleos regionais, em parceria com os Ministérios Públicos Estaduais.

Elaborou-se, ainda, o programa nacional de acessibilidade, previsto na Lei nº 10.098, de 19/12/2000 (que dispõe sobre o instrumento de fomento à eliminação de barreiras urbanísticas, arquitetônicas e nas comunicações), como medida que garanta o fomento à eliminação de qualquer tipo de entrave ao acesso, à liberdade de movimentação e à circulação com segurança das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Programa Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

O Programa Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente permitiu o desenvolvimento de uma série de ações voltadas para a prestação da tutela jurisdicional do Estado sobre crianças e adolescentes; apoiou a criação de Delegacias Estaduais Especializadas em Investigações de Crimes Contra a Criança e o Adolescente nos Estados do Mato Grosso, Goiás, Roraima, Santa Catarina, Tocantins e Minas Gerais, envolvendo recursos no valor de R\$ 238 mil; propiciou a capacitação de recursos humanos para a atuação na área de garantia de direitos de crianças e adolescentes, tendo como público alvo Conselheiros de Direitos e Tutelares, Técnicos das Delegacias Especializadas, Defensores Públicos, Promotores e Técnicos das Promotorias da Infância e Juventude, Profissionais dos Centros de Defesa da Criança e de Direitos Humanos, Juízes e Técnicos das Varas da Infância e Juventude, Líderes Comunitários, professores e jovens; apoiou a implantação de Rede de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos nos Estados de Goiás, Mato Grosso, Roraima, Santa Catarina, Tocantins e Minas Gerais, com o objetivo de articular e/ou implantar os serviços de identificação e localização de crianças e adolescentes desaparecidos para constituição de uma rede, tendo como público alvo serviços e organizações não governamentais de identificação e localização de crianças e adolescentes desaparecidos; e apoiou a reestruturação do Sistema Integrado de Informações para Infância e Adolescência – SIPIA e da Rede de Informações para Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes – RECRIS, com um investimento de R\$ 462 mil. Por fim, ampliou-se o processo de descentralização operacional, criando uma estratégia política para a implementação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes.

Programa Paz nas Escolas

Dentro da opção ética do programa de rompimento com a visão repressiva e criação de um novo paradigma para a prevenção da violência nas escolas, destacamos como principal ganho qualitativo em 2002 a continuidade do desenvolvimento de novas metodologias e a consolidação e disseminação daquelas já estabelecidas.

Essa postura transformou o programa num catalisador de propostas para a prevenção da violência e de estímulo ao protagonismo juvenil. Com o apoio a 47 novos projetos, em 2002 atingiu-se a marca de 20 estados atendidos.

Dentre as principais produções do programa no ano estão a consolidação de metodologias, a produção e distribuição de materiais nas áreas de capacitação de policiais, educadores, de mediação de conflitos e de formação de grêmios estudantis. Estão em desenvolvimento metodologias de pacto em sala de aula e de envolvimento das famílias com as escolas.

Quantitativamente sublinhamos os beneficiários dos projetos dos programas que somam 63.935 estudantes, 8.599 professores, 8.722 policiais militares e guardas municipais e 272 grêmios estudantis.

Um importante indicador da repercussão das ações do programa é o resultado da recente pesquisa da Fundação Instituto de Administração da Universidade de São Paulo (FIA-USP), encomendada pelo Plano de Integração e Acompanhamento dos Programas Sociais de Prevenção à Violência (PIAPS), na qual o programa Paz nas Escolas aparece como a ação do governo mais lembrada como forma inibidora da violência.

Programa Combate à Violência Contra a Mulher

Em 2002, o Governo Federal criou a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher – SEDIM, tendo como missão institucional viabilizar políticas públicas, visando à equidade de gênero e o direito às diferenças, para a melhoria da qualidade de vida das mulheres. Suas ações estão direcionadas prioritariamente para o combate à violência, à pobreza, a todas as formas de discriminação e à promoção dos direitos humanos e de uma rede de informação sobre questões de gênero em todos os níveis do governo e da sociedade.

Desde 1985, foram criadas 339 Delegacias Especiais de Atendimento a Mulher – DEAM distribuídas pelas 27 Unidades da Federação, sendo que em 2002, a SEDIM, em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública e as Secretarias Estaduais de Segurança Pública, capacitaram os profissionais de todas as DEAM das Regiões Nordeste, Norte, Centro-Oeste e Sul, totalizando 1.205 profissionais, entre delegadas, agentes, escrivãs, motoristas e outros. Objetivando fortalecer a rede para o combate à violência, participaram também da capacitação representantes das Casas-abrigo, da Defensoria Pública, do Ministério Público, dos serviços de saúde que atendem às vítimas de violência, dos IML, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, dos Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos da Mulher e dos Juizados Especiais Criminais. Realizou, ainda, um encontro de delegadas de DEAM a fim de definir um Termo de Referência para orientação e criação de novas DEAM, além do aparelhamento das unidades já existentes.

Outra ação executada no âmbito desse Programa foi a construção em locais seguros de Casas-abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica e sexual, implementadas e mantidas em parceria com estados, municípios, Distrito Federal e entidades não governamentais, oferecendo abrigo temporário – de 3 a 6 meses – às mulheres sob ameaça de vida e aos seus filhos menores. Além de abrigo, recebem atendimento social e psicológico, consultas médicas na rede pública, cursos para a inserção no mercado de trabalho e assistência jurídica gratuita. Em 2002, foram investidos R\$ 1,08 mil na construção de doze Casas-abrigo; R\$ 562 mil foram gastos na implantação de onze casas e R\$468 mil na manutenção de quatorze, num total de R\$ 2,1milhão.

Além disso, o Governo Federal realizou o 1º Encontro Nacional de Casas-abrigo, reunindo coordenadores e técnicos de setenta unidades de todo o país, com a finalidade de conhecer as reais condições de funcionamento dessas casas e traçar o perfil das mulheres e crianças atendidas; permitir o intercâmbio de experiências; definir parâmetros ideais para funcionamento; definir critérios para apoio, por parte do Ministério da Justiça a projetos de construção e manutenção de Casas-abrigo; identificar os parceiros para formação de uma rede de enfrentamento à violência nos municípios; e construir um banco de dados sobre as Casas-abrigo e atualizar o Termo de Referência para apoio a projetos.

Em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, o Governo Federal realizou, em Luis Correa/PI, a Semana da Mulher Empreendedora, evento voltado para despertar o empreendedorismo nas mulheres e estudar as potencialidades locais, visando criar mecanismos para viabilizar o acesso ao crédito, além de realizar oficinas para discutir questões de gênero, saúde sexual e reprodutiva, direitos da mulher e outros temas de interesse das mulheres. Realizou também a “Semana” em Roraima, com a participação de mulheres indígenas.

No âmbito da formulação de políticas, responsabilidade do Governo e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, foram desenvolvidas ações voltadas para mulheres indígenas, tais como visita a comunidades e aldeias, para verificar denúncias de violência e situação das mulheres indígenas; apoio ao I Encontro Mulheres Indígenas do Centro-Oeste Paulista, em Bauru; capacitação e treinamento, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, para atender demanda levantada no Encontro; realização da Oficina de Capacitação e Discussão *Direitos Humanos, Gênero e Políticas Públicas para Mulheres Indígenas*, em parceria com a GTZ e FUNAI, da qual resultou um documento sobre políticas públicas para mulheres indígenas, e apoio para a realização da III Assembléia Indígena de Roraima. Apoiou também a criação ou reativação de vinte e sete conselhos de direitos da mulher, que, somados aos existentes totalizam 21 estaduais e 100 municipais. Publicou o Relatório Nacional

Brasileiro – Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher e reeditou o manual de “Diretrizes para a Criação de Conselhos de Direitos da Mulher”.

Foi apoiada, ainda, a realização do II Encontro de Lideranças Negras em Limeira/SP, com enfoque específico na Saúde da Mulher Negra, e a do I Encontro Estadual de Mulheres Negras e Políticas Afirmativas do Piauí. Em parceria com a empresa de cosméticos AVON, foram realizados treinamentos voltados para o Programa Saúde Integral da Mulher, com o Conselho Estadual de Goiás e com a Secretaria de Estado da Mulher de Alagoas.

Na área internacional, foram estruturados os contatos, através do Itamarati, com a Organização das Nações Unidas, Organização dos Estados Americanos e MERCOSUL, de acordo com os compromissos do Brasil. Foi lançado o livro “Relatório Nacional Brasileiro” ante a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher/Organização das Nações Unidas – CEDAW/ONU, com distribuição para todo o País.

Programa Território e Cultura Indígenas

Com o objetivo de manter a integridade territorial e o patrimônio cultural e ambiental das sociedades indígenas, o Programa Território e Cultura Indígenas promoveu ações de identificação, demarcação e regularização fundiária de terras indígenas, além de pesquisas sobre essas sociedades e a preservação de seus acervos culturais. Houve a extrusão de 2.823 ocupações não-índios em terras indígenas, com o pagamento de R\$ 46,4 milhões em indenizações por benfeitorias consideradas de boa fé, devolvendo às comunidades diretamente envolvidas o território livre de ocupantes. Foram mantidos acordos internacionais para alocação de recursos no Projeto Integrado de Proteção das Terras e Populações Indígenas da Amazônia Legal – PPTAL; demarcados e aviventados 1.107.742 ha de terras indígenas; identificados 1.140.175 ha; declarados 1.842.369 ha, relacionadas às terras indígenas Apyterewa, Igarapé Grande, Lauro Sodré, Truká, Nandcru Marangatu e registrados 10.032.122 ha.

Programa Etnodesenvolvimento das Sociedades Indígenas

No Programa Etnodesenvolvimento das Sociedades Indígenas foram gastos R\$ 153,8 milhões em atividades produtivas nas áreas de agricultura, pecuária e extrativismo, atendendo a um total de 29.243 famílias. Foram capacitadas 230 pessoas entre indígenas e técnicos de campo para o desenvolvimento de atividades auto-sustentáveis em terras indígenas. No tocante a assistência social, foram atendidos 6.696 índios; na assistência jurídica, 1.080 indígenas; nas ações voltadas para a educação intercultural, 13.000 estudantes indígenas, fora de suas aldeias, sendo mais de 900 em universidades particulares e 200 professores indígenas que ingressaram no 3º Grau; pagamentos de inscrição de 600 candidatos ao vestibular da UNEMAT. Para as escolas indígenas, a FUNAI capacitou 3.901 professores; editou e distribuiu 7.500 exemplares de livros produzidos por professores indígenas; distribuiu 9.000 exemplares de materiais didáticos; garantiu o funcionamento de mais de 1.650 escolas; fiscalizou a construção de nove escolas indígenas nos Estados da Bahia e de Alagoas, por meio do convênio FUNAI/FUNDESCOLA; e atendeu 29 casas de estudantes, garantindo a assistência a 580 indígenas que estudam fora das aldeias. Com relação ao saneamento básico, foram beneficiadas 263 comunidades indígenas. Na área de saúde, foram adequadas e modernizadas 305 unidades de saúde, atendendo a 3.719 indígenas.

Defesa Jurídica Integral e Gratuita

Os principais resultados alcançados pelo Programa Defesa Jurídica Integral e Gratuita, considerando o fortalecimento do órgão com a criação de cargos de Defensor Público da União, na composição de sua estrutura inicial, foram a promoção de assistência jurídica gratuita junto ao Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça e à Justiça Federal (Primeira e Segunda Instâncias), bem como a atuação junto aos Juizados Especiais Federais; o início do processo de estruturação das Defensorias Públicas Regionais da União e seus respectivos núcleos nos Estados e Distrito Federal, para atuação no campo judicial (patrocínio de causas, defesa jurídica) e extrajudicial (orientações jurídicas e promoção de conciliações); a preparação para a atuação extrajudicial, em comunidades mais carentes, visando à prevenção da violência no âmbito do Plano de Prevenção à Violência; o início do programa de estágio forense para apoio ao atendimento ao cidadão; e estruturação dos núcleos da Defensoria Pública da União com infra-estrutura física nas cidades de Brasília/DF, Rio Branco/AC, Manaus/AM, Salvador/BA, Goiânia/GO, Belo Horizonte/MG, Juiz de Fora/MG, Cuiabá/MT, Belém/PA, Teresina/PI, Porto Velho/RO, Palmas/TO, Rio de Janeiro/RJ, Vitória/ES, Campinas/SP, Guarulhos/SP, Santos/SP, São Paulo/SP, Campo Grande/MS, Bagé/RS, Caxias do Sul/RS, Porto Alegre/RS, Santa Maria/RS, Pelotas/RS, Curitiba/PR,

Umuarama/PR, Florianópolis/SC, Recife/PE, Maceió/AL, Fortaleza/CE, Campina Grande/PB, João Pessoa/PB, Natal/RN e Aracajú/SE.

Ressalte-se que o Programa participa do Plano Integrado de Acompanhamento de Programas Sociais – PIAPS, desenvolvendo ações no campo da prevenção da violência, com preparação para a assistência jurídica em comunidades carentes, nos bolsões de violência das regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Vitória.

Programa de Reconhecimento de Utilidade Pública

O Programa de Reconhecimento de Utilidade Pública destina-se à concessão do título de utilidade pública federal a instituições que prestam serviços à sociedade sem interesse lucrativo bem como às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, tendo sido concedidos, até o mês de dezembro de 2002, 1.437 títulos de utilidade e interesse público. De igual modo, foram cassados, no exercício de 2002, 108 títulos de entidades de utilidade pública; reabilitadas sete entidades e indeferidos 487 títulos de utilidade e interesse público. No exercício de 2002 foi implantada a Central de Atendimento às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e Utilidade Pública; e efetivada a modernização do Sistema que organizou a utilização dos serviços por região.

Ordem Econômica e Consumidor

Defesa Econômica e da Concorrência

A defesa econômica e da concorrência se centra na realização de análises de atos de concentração econômica e na apuração de condutas infringentes à ordem econômica, registrando, em 2002, 563 processos julgados (Gráfico 1). Ainda em 2002, destaca-se a redução no número de processos administrativos concluídos, em comparação com um aumento considerável de processos administrativos instaurados, o que demonstra a crescente melhoria da qualidade das análises feitas. Além disso, o ano foi marcado pelo grande avanço nas investigações sobre os casos de cartéis de combustíveis e de gás, contando o Governo Federal com a participação efetiva dos Ministérios Públicos Estaduais. Dessa parceria resultou a assinatura de Acordos de Cooperação Técnica com 26 Ministérios Públicos Estaduais, visando fortalecer os meios investigativos de práticas lesivas à ordem econômica, que vêm ocorrendo sistematicamente sob a forma de cartéis.

Foi realizado o IV Workshop Internacional de Cartéis, em parceria com os demais membros do Sistema Brasileiro da Concorrência – Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça e Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, tendo os membros deste Colegiado participado de 39 eventos como palestras, conferências, aulas e fóruns em vários estados do país. Editou-se dois números da “Revista de Direito Econômico” e promoveu-se 34 cursos de capacitação profissional, totalizando 65 participações de servidores.

Quanto aos atos de concentração econômica, a adoção de um rito sumário para a análise daquelas operações consideradas mais simples permitiu uma tramitação mais célere das mesmas, o que vem resultando numa gradativa diminuição do seu tempo médio de instrução, evidenciada no Gráfico 2. Esse ganho de produtividade evidencia um maior investimento na otimização dos procedimentos, uma melhora no fluxo de análise e uma utilização mais freqüente de informações sistematizadas em estudos econômicos e periódicos especializados. Como resultado final, a Secretaria foi capaz de responder satisfatoriamente ao expressivo aumento da demanda, verificado nos últimos anos, embora os recursos a sua disposição se mantivessem constantes no mesmo período. Cabe destacar, também, que os dados de 2002 apontam para uma estabilização dos números em torno daqueles verificados em 2001.

Visando dar melhor embasamento às funções de defesa da ordem econômica e da concorrência, foram aprovadas dez Resoluções sobre os procedimentos para inscrição de créditos em Dívida Ativa e sua cobrança administrativa e judicial; sobre o procedimento para o recolhimento da Taxa Processual, incidente sobre os processos de competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, instituída pelo art. 1º da Lei nº 9.781, de 19/01/1999, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 10.149, de 21/12/2000; sobre a propositura de Embargos de Declaração das decisões proferidas pelo CADE; acrescenta artigos ao Regimento Interno do CADE, os quais dispõem sobre o aproveitamento de votos já proferidos pelos Conselheiros; sobre a Medida Cautelar no âmbito do CADE; sobre a alteração dos art. 5º e 6º, com seus parágrafos, da Resolução nº 12, de 31/03/1998, a qual aprova

o Regimento Interno do CADE, alterada pela Resolução nº 21, de 23/08/2000, e pela Resolução nº 23, de 26/09/2001; sobre as condições de impedimentos e suspeição dos membros do Conselho para a relatoria e votação dos processos de sua competência; sobre a inclusão de parágrafo ao art. 1º da Resolução nº 28, de 24/06/2002; sobre a apresentação de documentos em língua estrangeira ao CADE; sobre a alteração da Resolução nº 24, de 30/01/2002, acrescentando o art. 11 e alterando a redação das alíneas “a” e “b” do art. 13.

Cabe destacar que o CADE, no exercício de 2002, julgou um total de 480 atos de concentração, 31 autos de infração, 35 processos administrativos, 6 consultas, 7 averiguações preliminares, 1 representação e 3 recursos voluntários, o que soma 563 expedientes.

O CADE inscreveu, em 2002, os seus técnicos nos principais seminários e fóruns que trataram de questões relacionadas à defesa da concorrência, tanto no Brasil quanto no exterior. Dentre tais eventos, destacam-se o VII Seminário Internacional sobre Defesa da Concorrência, organizado pelo IBRAC (novembro, em Brasília), o Workshop on Quantitative Mergers Analysis (maio, em Estocolmo, Suécia) e o Curso Sobre o Ato Anticompetitivo Japonês (setembro, em Osaka, Japão). Deve ser mencionada, ainda, a participação dos técnicos do Departamento de Proteção e Defesa Econômica – DPDE, unidade integrante da estrutura do CADE, no IV Workshop Internacional Sobre Cartéis, realizado em setembro no Rio de Janeiro, que teve a participação do próprio Departamento de Produção e Defesa Econômica - DPDE em sua organização.

Destaca-se ainda, em 2002, inovações institucionais em prol da defesa da concorrência, tais como a introdução do controle de fusões e aquisições e os institutos do compromisso de desempenho e de cessação de prática anticompetitiva, conferindo maior agilidade potencial e flexibilidade nas decisões da autoridade antitruste; enquadramento das empresas públicas e o setor público de um modo geral, nas regras da concorrência; Leniência; Rito Sumário; Medida Cautelar e Embargos de Declaração.

Defesa dos Direitos do Consumidor

O Programa Defesa dos Direitos do Consumidor tem por objetivo encaminhar soluções para as diversas questões levantadas pelos agentes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC, pelos consumidores e por entidades de defesa do consumidor na aplicação do Código de Defesa do Consumidor. Constitui meta desse Programa dotar, até 2003, os municípios com mais de 20 mil habitantes com serviços do Procon ou de entidades civis de defesa do consumidor, buscando incentivar a sua criação ou dando suporte técnico para sua atuação.

O Governo Federal atuou intensamente na proteção do consumidor quanto à “maquiagem” de produtos, definindo regras através da Portaria/MJ nº 81, de 23/1/2002; intensificou o acompanhamento dos “recalls”, em cumprimento à Portaria/MJ nº 789, de 24/8/2001; desencadeou investigações sobre a mudança dos serviços de telefonia 0800 para 0300, em diversos segmentos do comércio; e intensificou os contatos com as agências reguladoras, no intuito de cumprir os termos de convênios firmados, viabilizando, assim, o fluxo de informações com o Sistema Nacional de Proteção do Consumidor.

Para intercambiar as informações com os Procons, o Governo Federal realizou quatro reuniões nos Estados do Mato Grosso, Amapá, Amazonas e Goiás, e capacitou 110 agentes e técnicos de defesa do consumidor nos Estados do Mato Grosso e Ceará. Em relação à educação para o consumo, distribuiu aos Procons, às entidades civis e ao Ministério Público, mais de setenta mil unidades de material informativo ao consumidor, incluídos o Código de Defesa do Consumidor, as Cartilhas do Consumidor, o Guia do Consumidor Estrangeiro e o Guia de Municipalização. Foram, ainda, produzidos e distribuídos folhetos da campanha de áudio e vídeo intitulada “Tô de Olho”, relacionada ao Projeto “Formando Hoje o Consumidor de Amanhã”, dirigida à sociedade em geral e, em particular, aos alunos do ensino fundamental.

O Governo Federal tem apoiado projetos por meio da celebração de convênios com diversas entidades públicas e privadas, de maneira a promover, dentre outros, a realização de eventos educativos e científicos, editar material informativo e doutrinário e apoiar a criação e a modernização administrativa de órgãos públicos, com vistas à reparação dos danos causados ao consumidor, ao meio ambiente, a bens e direitos e valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos.

GRÁFICO 1

